

## CAPÍTULO 4:

# Políticas Públicas

Direito a Habitação Digna  
Habitação Provisória de Caráter Emergencial  
Assentamentos Provisórios de Caráter Emergencial



#### 4.1 Direito a habitação Digna

Habitação foi uma das manifestações do homem mais importante ao longo da história. Não serve apenas como abrigo, refúgio de intempéries e de intrusos, mas caracteriza a identidade dos seus usuários, transmitindo significados e traduzindo suas aspirações e os diferenciando-os em relação aos vizinhos e pessoas de fora de seu grupo de convívio.

De acordo com Brandão (1983) a habitação é uma necessidade humana, o homem será mais ou menos humano à medida que sejam ou não satisfeitas suas necessidades de moradia, sendo que estas necessidades estão diretamente ligadas com a concepção de moradia como um local de viver ou sobreviver, e podem estar ou não relacionadas à configuração material.

A habitação é uma aspiração e uma necessidade do ser humano (Santos, 1999), juntamente com a alimentação, vestuário, é o principal investimento das famílias na constituição de patrimônio, se relacionando com o sucesso econômico do indivíduo e a diferenciação de classe social, além de formar a identidade dos indivíduos de uma família, levando a possuir significados mais abstratos.

A habitação precisa atender princípios básicos de habitabilidade, segurança e salubridade, sendo possível exercer funções primárias de alimentação, descanso, atividades fisiológicas e convívio social (Abiko, 1995). Além disso, deve estar inserida em um meio ambiente onde haja infra-estrutura, equipamentos de saúde, transporte, lazer, entre outros, estando à característica de qualidade da moradia vinculada ao seu entorno.

O direito a habitação está implicitamente assegurado na Declaração dos Direitos Humanos desde 1948, mas no Brasil somente em 2000 uma emenda tornou a habitação adequada um direito de todos os cidadãos.

*"Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança(...)."*

(Artigo XXV - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Fonte: [www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br), Abril. 2011)

Toda pessoa tem direito a habitação e “Habitação Digna”. No dicionário a palavra “dignidade” significa respeito, decência, nobreza, respeitabilidade, define ações corretas, baseadas na justiça e nos direitos humanos de cada pessoa, visa respeitar códigos morais de ética e cidadania, favorecendo o indivíduo. O princípio da Dignidade dos direitos da pessoa humana esta elencado na Constituição Brasileira de 1988 e deve ser atribuído a todos os brasileiros e reforçado na Declaração Universal dos Direitos dos Homens.

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de **viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência**, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, **habitação**, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para **melhoria da qualidade de vida**.

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Fonte: www.planalto.gov.br, Abril. 2011)

## 4.2 Habitação Provisória de Caráter Emergencial

Quando se trata de habitação de caráter emergencial, muitas são as soluções, contudo os órgãos responsáveis por acomodar as populações atingidas pelos desastres naturais em Santa Catarina estão ainda muito despreparados, deixando as famílias desamparadas no momento de sofrimento.

Em todo o mundo arquitetos vêm desenvolvendo projetos de abrigos e habitações temporárias de emergência, contudo os governos por enquanto não tomaram nenhuma providência concreta a respeito do assunto. Enquanto isso milhares de pessoas ao redor do mundo, inclusive no Brasil, continuam desabrigadas após terem perdido suas residências na ocorrência de desastres naturais.

No Brasil, a Secretaria de Defesa Civil nacional garante a implementação de abrigos de emergência às populações desabrigadas, por meio do DECRETO Nº 7.257, DE 4 DE AGOSTO DE 2010.

Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências.

Art. 2o Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e **minimizar seus impactos para a população** e restabelecer a normalidade social;

III - **situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres**, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;

VI - **ações de assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos**, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

As pessoas possuem uma forte ligação com o espaço que habitam, após o acontecimento de um desastre natural, as catástrofes atingem uma população que de repente passa a conviver em uma situação de completo desamparo, pois junto com sua residência o indivíduo perde parte da sua identidade (LADWIG, SCHWALM, 2011). Neste período as famílias se encontram em um momento de extrema transformação, pois perdem não somente seus lares, mas parentes, significados, sonhos, dignidade, causando dor e sofrimento.

“Moradores possuem uma forte ligação com o espaço que habitam. Ele não tem um caráter meramente funcional, já que este espaço está repleto de significados, e é ali que está constituída toda sua cultura e suas raízes. Analisar as percepções, significados e a forma como as pessoas se identificam com os lugares pode ajudar os planejadores a melhor ações em momentos de desastres.” (LADWIG, SCHWALM, 2011).

Entendendo o sofrimento, a intensidade com que cada indivíduo vivencia o desastre, é fundamental para que se possa projetar habitações de emergência as quais se adaptem da melhor maneira possível ao momento pós catástrofes. Para Marchezini (2009), o abrigo é um local de extrema desterritorialização, pois além da perda da casa, o indivíduo perde a relação familiar, encontra-se em constante conflito com outros moradores, perde sua identidade, não sendo mais visto como um sujeito de direitos, e encontra-se sempre em uma inconstância, sem saber se algum dia conseguirá reconstruir sua vida novamente.

Os estudos e leituras sobre habitação de emergência e abrigos emergências, reforçam a percepção de que em casos de desastres naturais, onde as famílias perdem seus lares, e são obrigadas a procurar os abrigos fornecidos pelos órgãos públicos, vê-se a importância de propiciar ambientes saudáveis, proporcionando uma reconstrução subjetiva bem integrada, para que o indivíduo se reerga e se reconstrua.

### 4.3 Assentamento Provisório de Caráter Emergencial

O órgão responsável pelo conjunto de ações preventivas a possíveis desastres, atendimento imediato as vítimas, assistência e socorro no estado de Santa Catarina é o Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDC), além disso, também visa a restabelecer a normalidade social no pós catástrofe. O principal objetivo do sistema de defesa civil é o resgate de

pessoas atingidas e de seus bens. Nos municípios o órgão responsável por tais iniciativas é a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (CONDEC).

Em casos de riscos a população, a defesa civil tende a intervir de maneira a retirar a mesma das áreas de risco antes do desastre acontecer, durante ou após. Visando minimizar ou anular os efeitos destes as famílias são encaminhadas a locais que possam oferecer mais segurança, podendo ser próximos as áreas atingidas, quando nestas não houver perigo, ou para locais mais afastados.

A defesa Civil juntamente com uma equipe de profissionais de diversas áreas de atuação, desenvolveu um manual para Administração de Abrigos Temporários, visando orientar a implementação dos abrigos que possibilitem minimizar o sofrimento das pessoas desabrigadas e melhorar o atendimento as vítimas de desastres naturais.

Após os desastres naturais, os sobreviventes podem passar por diferentes situações, podendo ocorrer pequenos estragos nas residências ate grandes modificações na paisagem, desta maneira pode ser necessário o fornecimento de materiais para reparos nas residências afetadas ou a relocação completa da população. Algumas características são comuns a todas as tipologias de assentamentos de caráter emergencial, sejam eles fixos ou temporários, afetando diretamente a forma como estes serão construídos e fornecidos. É necessário seguir alguns critérios:

- Rápido fornecimento;
- Baixo custo;
- Exequível;
- Adaptável.

Quando fala-se em atendimento as vítimas dos desastres naturais, a implantação de abrigos de emergência é de fundamental importância, significa salvar e prolongar a vida dos sobreviventes. Contudo o que se denomina abrigo não pode por si só cumprir todas as funções necessárias ao atendimento digno dos desabrigados das catástrofes.

No presente texto estuda-se a diferença entre o conceito de abrigo e habitação. A utilização de habitações conformadas em assentamentos dotados de infra-estrutura, áreas comuns, entre outros

equipamentos, visa amenizar as consequências causadas pelo desastre, gerando uma relação entre o indivíduo e o ambiente externo, suprimindo algumas necessidades essenciais (BABISTER, 2002): proteção dos elementos externos, preservação da dignidade, orientação e identidade do indivíduo.

As habitações precisam ser construídas de maneira a se apropriarem dos elementos externos, tais como o clima da região a serem instaladas e a cultura da população. O restabelecimento da dignidade dos desabrigados deve ser alcançada através de privacidade e segurança, propiciando o relacionamento entre os indivíduos de um mesmo assentamento, por meio de ambientes comuns de lazer e educação.

Faz-se necessário também que os desabrigados consigam se adaptar as habitações provisórias de maneira que estas possam servir de “lar” por um período de tempo, oferecendo orientação e identidade as populações abrigadas. Projetar ambientes os quais estimulem os indivíduos a focarem no futuro, empenhando-os a pensar decisões futuras, passando pelo trauma do desastre é fundamental.

A implantação de um assentamento emergencial torna-se uma necessidade imediata após uma catástrofe, contudo é importante que seja tratado como provisório, dando suporte às famílias até que estas possam reconstruir e voltar as suas casas. O assentamento deve ser acessível, ter fonte de água potável, energia, sistema sanitário, atendimento médico, psicológico e educacional (dependendo do período utilizado).

Os futuros moradores dos assentamentos podem participar da montagem dos mesmos, quando se sentirem aptos fisicamente, pois se envolverão em uma atividade facilitando a recuperação. Devem ser montados de forma imediata após os desastres, ser erguido com o mínimo de esforço podendo cumprir sua função durante o período necessário de reconstrução.